



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2014

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si fazem, de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SENALBA/ES**, localizado na Rua Barão de Itapemirim, 209, Ed. Álvares Cabral, 5º andar, Centro – Vitória/ES – CEP.: 29010-060, CNPJ.: 28500205/0001-55, Código Sindical.: 010.000.02379-2, telefone: (027) 3222-4792, e de outro lado a **FEDERAÇÃO NACIONAL DE CULTURA - FENAC**, sindicato patronal de grau superior, representante dos 2º, 3º e 4º Grupos do Plano CNEC (Art. 577 CLT) para as categorias não organizadas em sindicatos próprios no Espírito Santo, com sede na Rua Araújo Porto Alegre, 70, sala 901 à 905, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-015, inscrita no CNPJ n.º 37.138.096/0001-69, telefone (21) 2240-1735 e por sua Delegacia no Espírito Santo na Rua Comissário Octávio Queiroz, 750, Sala 11 – Jardim da Penha – Vitória – CEP: 29060-270 – Fone (27) 3337-9907, neste ato representado por seu Presidente, Dr. JOSE ALMERO MOTA, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em conformidade com os artigos 611 e 612 da CLT e Legislação em vigor, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL: O reajuste salarial da categoria será de **8%** (oito por cento), a ser aplicado proporcionalmente sobre os salários de abril de 2012 a serem pagos a partir de maio de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados admitidos após maio de 2012, receberão reajustes na proporção de 1/12 (um doze avos) referente a cada mês completo trabalhado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os adiantamentos concedidos poderão ser deduzidos a critério do empregador.

CLÁUSULA 2ª - DO PISO SALARIAL: São fixados os seguintes salários para admissão a partir de 1º de maio de 2013:

- a) Fica afixado o piso salarial da categoria em **R\$ 715,00** (setecentos e quinze reais) mensais;
- b) E para Técnico de Ensino, Monitor e Instrutor é de **R\$ 8,30** (oito reais e trinta centavos) por hora-aula trabalhada. O valor correspondente ao salário hora trabalhada fixado, deverá ser acrescido de 1/6 (um sexto) do repouso semanal remunerado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No valor mencionado nesta cláusula, letra “a” já está incluso o repouso semanal remunerado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

CLÁUSULA 3ª - DURAÇÃO DA HORA TRABALHADA: - Para todos os efeitos, a duração da hora-aula trabalhada será de 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Único – A fração da hora aula trabalhada a mais será paga proporcionalmente.

CLÁUSULA 4ª - DIFERENCIAL DE CHEFIA: Os empregados que exercem funções de chefia farão jus a um percentual de 10% (dez por cento) que os diferencie dos subordinados.

CLÁUSULA 5ª – HORAS-EXTRAS: As entidades/empresas remunerarão as duas primeiras horas extras de segunda a sábado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), sendo às demais horas-extras, bem como as realizadas nos domingos ou feriados, remunerada com adicional de 100% (cem por cento).

**SENALBA-ES**

Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado do Espírito Santo
Filiado à CUT - Fundado em 10 de junho de 1987

**Federação Nacional de Cultura**

CLÁUSULA 6ª - DO BANCO DE HORAS: Fica estabelecido que as Entidades/ Empresas poderão aplicar o Sistema de Banco de Horas conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - ADICIONAL NOTURNO: A remuneração do trabalho noturno será acrescida do adicional de 30% (trinta por cento), para fins do art. 73 da CLT.

CLÁUSULA 8ª – ANUÊNIO: A presente Convenção Coletiva de Trabalho estabelece que os empregados ao completarem 01 (um) ano de trabalho no mesmo empregador, contados a partir de 1º de maio de 2011, passarão a receber 1% (um por cento) a título de anuênio, sobre seu salário nominal, a cada ano completo de serviço até atingir o limite máximo de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este benefício não tem o seu efeito retroagido.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas que já concediam o anuênio, de forma espontânea, anteriormente a regulamentação deste benefício em nossas Convenções Coletivas, concederá o benefício até atingir o máximo de 10% (dez por cento), ficando a critério do empregador, a concessão que venha ultrapassar o limite máximo estabelecido.

CLÁUSULA 9ª - DA GARANTIA DA APOSENTADORIA: Fica assegurada a estabilidade provisória de 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à aquisição do direito a qualquer tipo de aposentadoria, para os empregados que mantiverem o contrato de trabalho com a mesma Entidade/Empresa pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos ininterruptos, ficando o empregado responsável pela comunicação a seu empregador, da já aquisição do direito de aposentadoria.

CLÁUSULA 10 - DIÁRIAS: No caso de prestação de serviços fora do Estado, serão pagas ao empregado diárias, conforme tabela elaborada pelo empregador, observada a graduação salarial do empregado, independentemente do fornecimento de transporte, hospedagem e alimentação.

CLÁUSULA 11 - ATESTADO MÉDICO-ODONTOLÓGICO: Serão reconhecidos atestados médicos e/ou odontológicos dos convênios que o SENALBA firmar com Clínicas, para efeito de justificativa de ausência do empregado ao trabalho. Os atestados deverão ser apresentados em 48 horas, com o CID e o CRM do médico.

CLÁUSULA 12 - CARTA DE REFERÊNCIA: A empresa fornecerá no ato da homologação, ao empregado dispensado sem motivo justificado, uma carta de referência, desde que solicitada previamente.

CLÁUSULA 13 - GARANTIA DO EMPREGO AO ACIDENTADO: O empregado que sofrer acidente no trabalho tem garantia, pelo prazo 12 (doze) meses, ao seu contrato de trabalho, após a cessação do auxílio-doença acidentário.

CLÁUSULA 14 - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORMES: As empresas fornecerão aos empregados gratuitamente, quando por elas exigidas na prestação dos serviços e quando a atividade assim o exigir.

CLÁUSULA 15 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE: Caso seja constatada por Médico do Trabalho ou pela DRT, a insalubridade ou periculosidade no local de trabalho, o empregador pagará de imediato o percentual definido no laudo, sobre o salário nominal do empregado.

CLÁUSULA 16 - COMUNICADO DO SINDICATO: As empresas colocarão à disposição do sindicato quadro de avisos para a fixação de informações referentes à categoria, mediante a comunicação prévia ao empregador.



CLÁUSULA 17 - EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS: A empresa se obriga a remunerar o dia, não repercutindo nas férias, nos casos de ausência do empregado motivado pela necessidade de obtenção de documentos legais, mediante comprovação, tais como: CPF, CTPS, Identidade, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, e desde que solicitado.

CLÁUSULA 18 - FÉRIAS INDIVIDUAIS OU COLETIVAS – CONCESSÃO – INÍCIO DO GOZO: Determina-se que a concessão das férias individuais ou coletivas deverá ser comunicada por escrito ao empregado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, vedada a fixação do início delas em dia imediatamente anterior a folgas semanais, feriados, dias santos ou dias de incorrência de trabalho.

CLÁUSULA 19 - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO: Na substituição que não tenha caráter eventual, será garantido ao empregado substituto, igual salário percebido pelo substituído; a substituição por período superior a 60 dias não poderá ser considerada de caráter eventual, exceto a licença gestante.

CLÁUSULA 20 - RECRUTAMENTO INTERNO: Assegurar prioridade de recrutamento interno no provimento de novas vagas.

CLÁUSULA 21 - CONTRACHEQUE: Os empregadores obrigam-se a fornecer aos seus empregados comprovante de pagamento (contracheque) em que conste, além dos créditos e descontos mensais, sua carga de horas mensais, o valor do salário-hora e o valor a ser creditado na conta vinculada do FGTS.

CLÁUSULA 22 - ACESSO (DIRIGENTES SINDICAIS): – Fica assegurado acesso dos dirigentes e delegados sindicais nos horários de intervalo e nos locais autorizados pela empresa, para tratarem de assuntos de interesse da categoria, comunicando antes ao diretor da Entidade/Empresa, de acordo com a conveniência da Empresa e o prévio agendamento.

CLÁUSULA 23 - ESCALA: Fica facultado ao empregador, instituir horário de trabalho em regime de plantões, com escala 12x36 (doze por trinta e seis) horas, neles compreendidos os períodos de refeição.

CLÁUSULA 24 - ATESTADO DE ACOMPANHAMENTO AO MÉDICO: O empregado terá a hora ou o dia de trabalho abonado, no caso de consulta médica dos filhos menores de 10 (dez) anos, mediante apresentação de atestado de acompanhamento fornecido pelo médico.

CLÁUSULA 25 - VALE ALIMENTAÇÃO: As Entidades/Empresas concederão aos empregados com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, 01 (um) Vale Alimentação, por dia, no valor de **R\$ 6,00** (seis reais).

Parágrafo Primeiro: O Vale Alimentação concedido em pecúnia não integra a remuneração salarial para fins rescisórios e reclamação trabalhista, bem como não sofrerá a incidência e nem descontos do INSS e FGTS.

Parágrafo Segundo: O Vale Alimentação será subsidiado integralmente pelas entidades/empresas e entregues ao empregados até o dia do pagamento do salário mensal;

Parágrafo Segundo: As Entidades/Empresas que fornecem alimentação no local de trabalho, cesta básica, vale refeição ou alimentação aos seus empregados com valor igual ou superior ao previsto no 'caput' desta cláusula, estão dispensadas do fornecimento do Vale Alimentação.



CLÁUSULA 26 - CIPA: A entidade empregadora que tiver mais de 100 (cem) empregados, nos termos da legislação em vigor, promoverá a eleição de representante da CIPA.

Parágrafo Único: No prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura da presente Convenção, os empregadores que ainda não fizeram, obrigam-se a organizar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – na forma da legislação trabalhista.

CLÁUSULA 27 - QUEBRA DE CAIXA: Fica estabelecida a gratificação equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente, para os profissionais que trabalham no Caixa. A referida gratificação será aplicada nas empresas que executarem o desconto do quebra de caixa.

CLÁUSULA 28 - RESCISÃO CONTRATUAL: Fica estabelecido que as rescisões de Contrato de Trabalho, acima de 01 (um) ano, serão homologadas no Senalba.

Parágrafo Único: Nos municípios em que não houver subsele do sindicato, as rescisões contratuais serão homologadas junto ao órgão do Ministério do Trabalho ou junto às autoridades competentes.

CLÁUSULA 29 - AUXÍLIO CRECHE: As empresas/entidades reembolsarão, mensalmente, em **R\$ 70,00** (setenta reais) para cada filho em creche, até que completem 6 anos de idade, mediante apresentação de comprovante de pagamento e desde que solicitado.

CLÁUSULA 30 - LISTAGEM DOS EMPREGADOS: As entidades empregadoras, após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho enviarão ao SENALBA relação de todos os seus empregados, com indicação de cargos e salários.

CLÁUSULA 31 - DA AJUDA PARA NEGOCIAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: Pela presente Convenção, fica o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado do Espírito Santo – SENALBA/ES, com direito de cobrar e as Entidades/Empresas de descontar de todos os seus empregados, o percentual de 1% (um por cento), em folha de pagamento, exclusivamente no mês da assinatura desta Convenção, a título de “Ajuda para Negociação da Convenção Coletiva de Trabalho”, visando ao fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2014, do salário já reajustado, que será repassado ao SENALBA/ES, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do mês do efetivo desconto, facultando ao empregado o direito de oposição no prazo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do presente instrumento, manifestada individualmente, junto ao SENALBA/ES, com cópia para o empregador.

Parágrafo Primeiro - O referido desconto da Contribuição Assistencial é feito com base no art. 545 da CLT, ficando a Entidade/Empresa obrigada a descontar na folha de pagamento dos seus empregados que não apresentaram oposição por escrito junto ao SENALBA/ES, devendo ser depositado na Caixa Econômica Federal, Agência 0167, Conta Corrente nº 1728-4, de titularidade do SENALBA/ES, ou através de Boleto Bancário específico disponível no endereço: [HTTP://www.sindifacil.com/senalba-es/](http://www.sindifacil.com/senalba-es/), clicando em “Contribuição Assistencial”.

Parágrafo Segundo - As Entidades/Empresas, deverão enviar para o SENALBA-ES a relação dos empregados que sofreram o desconto, constando os respectivos salários-base e o valor do desconto, acompanhada da cópia da Guia de Depósito.

Parágrafo Terceiro - O atraso no pagamento da Contribuição Assistencial, sujeitará as Entidades/Empresas ao pagamento do valor principal, acrescido de multa de 2% (dois por cento), correção monetária e juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, a incidir sobre o valor acrescido da multa e corrigido monetariamente.

**SENALBA-ES**

Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado do Espírito Santo
Filiado à CUT - Fundado em 10 de junho de 1987

**Federação Nacional de Cultura**

CLÁUSULA 32 - DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR: Todas as Entidades/Empresas contribuirão, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, integrantes da categoria econômica, filiados/associados do Sindicato, conforme aprovado em Assembléia, com 2% (dois por cento) sobre o total da folha de pagamento de maio de 2013, respeitando-se o mínimo da contribuição em R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para as entidades/empresas que não possuírem empregados, e as que o resultado do cálculo sobre a folha de pagamento, fique abaixo desse valor. recolhendo através de guia de cobrança pagável por compensação bancária até 30 dias após a assinatura da Convenção Coletiva

CLÁUSULA 33 - DOS ACORDOS EM SEPARADO: Fica estabelecido que as solicitações de acordo coletivo de trabalho, deverão ser feitas junto a Fenac, até 90 (noventa) dias a contar da data da presente Convenção.

CLÁUSULA 34 - DO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO: Eleito o foro, qualquer município do Estado do Espírito Santo, fica autorizada as partes intentarem judicialmente em qualquer esfera, caso ocorra descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 35 - MULTAS: multa equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial, vigente na época do evento e por empregado envolvido, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas nesta norma, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.

Parágrafo Único: As partes se comprometem a observar os dispositivos ora pactuados, ficando certo que a parte infratora incorrerá nas penalidades previstas nesta Convenção e na legislação vigente.

CLÁUSULA 36 - DA VIGÊNCIA: O presente acordo terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 1º de maio de 2013 e finalizando em 30 de abril de 2014. E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para fins de assentamento e registro junto a DRTE.

Espírito Santo, 25 de junho de 2013.


VANDERCY SOARES NETO
Presidente - SENALBA/ES
CPF: 016.959.637-09


JOSÉ ALMERO MOTA
Presidente - FENAC
CPF: 893.807.467-68